

## A LITERATURA COMO HISTÓRIA: UMA LIÇÃO (OU TRUÍSMO) SOBRE OS OITOCENTOS FRANCÊS

DOI: 10.47677/gluks.v24i3.489

Recebido: 30/08/2024

Aprovado: 24/10/2024

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo objetiva demonstrar, de modo panorâmico, como a Revolução francesa de 1789 e as demais Revoluções e levantes que caracterizam o século XIX francês desempenham um papel fundamental na formação do ideário e da práxis propriamente moderna da literatura produzida no país. Minha hipótese é, portanto, a de que a Revolução (ou as Revoluções) devem ser tomadas como fatos literários maiores (e não apenas como contexto) na recepção da produção literária oitocentista de língua francesa.

**PALAVRAS CHAVE:** Revolução, Literatura francesa oitocentista.

---

<sup>1</sup> Professora de Língua e Literatura francesa da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (POSLIT) da UFMG. Doutora em Estudos Literários pelo POSLIT/UFMG. Email: mariajgt@ufmg.br



*La Liberté guidant le peuple* - Eugène Delacroix - Musée du Louvre Peintures RF 129 - après restauration 2024

Suponho que o quadro com o qual ilustro este texto seja bem conhecido de todos. Intitulado *A liberdade guiando os povos*, é talvez a mais célebre pintura de Eugène Delacroix, datada de 1830. Também suponho que a imagem ali exposta não deixe dúvidas sobre o que ela evoca: trata-se de uma imagem da Revolução.

Falar em Revolução quando o escopo de fundo é a França oitocentista faz pensar imediatamente na Revolução Francesa. E é dela ou, pelo menos, é a partir dela, que eu trago aqui algumas considerações muito gerais sobre o XIX francês e sobre a literatura francesa dessa época. Meu objetivo aqui é muito simples: apresentar a literatura francesa oitocentista a partir de um evento extraliterário e tentar justificar, através de um panorama geral, a

relevância desse fato para compreensão da produção literária do período. Em outros termos, certamente mais próximos da minha experiência docente, pretendo aqui apenas reafirmar uma ideia, aliás muito corrente na bibliografia especializada de expressão francesa: a de que a primeira lição sobre literatura francesa oitocentista precisa, necessariamente, partir da Revolução francesa.

Meu primeiro passo, portanto, é o de introduzir o tema da Revolução. Porque é por e com ela que tudo começa no XIX francês, o que é o primeiro truísmo deste texto. Ela é o fato constitutivo e radical que dota esse século de uma cara própria, o que uma bibliografia muito farta para ser citada vem demonstrando e justificando desde há muito e, na verdade, desde a própria Revolução. Essa fartura faz com que seja até mesmo difícil tentar sintetizar em um aspecto o que esse evento implicou. Por força de uma certa monomania, travestida em meu tema de especialidade, escolho um ângulo de ataque:

Espectáculo novo o de ver essa criança colossal. Nada prepara para um tal evento. Nenhuma roupa sob medida. Todas as lembranças são estreitas demais. Nenhuma instituição. Falta tudo. Não se contava com a vinda desse recém-chegado a exigir consideração. Esta é a dificuldade. Nada convém. Esta é a inefável grandeza do espetáculo que somos chamados a compreender, a prodigiosa singularidade do momento presente. (Michelet; Monod, 1994, p. 24)<sup>2</sup>

Extraído de uma das lições de Michelet quando, ainda jovem, foi professor na École Normale, o trecho faz referência à aparição do povo no final do século XVIII e sua manutenção na cena pública naquele prodigioso “momento presente”. O surgimento surpreendente desse bebê pantagruélico a pedir contas e exigir para si o que lhe é de direito e nunca foi dado é uma das metáforas que a Revolução inspira a esse historiador. Na chave micheletiana, a imagem põe em primeiro plano o advento do povo na cena pública e como seu ator principal, sentido da Revolução em sua historiografia. Mas como não pretendo aqui falar de Michelet, quero me concentrar em algo menos referencial para ele, a saber, o que se declina, para o campo da produção literária, dessa metáfora da Revolução como criança colossal. Assim eu retomo a letra do texto: para acolher essa criança, falta tudo: medida,

---

<sup>2</sup> Todas as traduções deste texto são de minha responsabilidade.

lembrança ou instituição convenientes, que sirvam para cobrir sua nudez, para explicar seu surgimento e, assim, encaixá-la no mundo que a viu nascer. Tudo carece ser recriado, repensado, reestruturado: tudo o que há não convém.

O que me parece poder ser evocado assim é, hoje, da ordem de um outro lugar-comum da crítica e que, para fins de sistematização, costuma ser reconhecido sob o termo a quebra do passado e do futuro ou a fratura da tradição.<sup>3</sup> Como o meu foco aqui é uma apresentação muito geral da literatura oitocentista francesa, tomando a Revolução como seu princípio cronológico, mas também estrutural, reduzo-o ao mínimo indispensável para, logo a seguir, reabri-lo como entendo que lhe convém. A redução é a seguinte: do ponto de vista exclusivamente literário, resta evidente que a Revolução desempenha um papel preponderante na implosão do sistema das Belas Letras, assentada no ideal mimético paradigmaticamente posto em funcionamento e perfeitamente codificado pelo Classicismo francês, e sua substituição pelo regime da Literatura, tal qual o entendemos ainda nos dias de hoje. Essa mudança de regime poderia ser traduzida, de forma bastante esquemática, em alguns aspectos que se alteram na passagem de uma concepção beletrista para o campo literário propriamente moderno: 1) um encolhimento do seu campo de atuação comparado ao campo beletrista, associado à sua especialização; 2) a entrada em cena do problema da representação da realidade (a ser entendido primeiramente em sua diferença com os procedimentos clássicos, visando a verdade); 3) a revisão sistemática dos gêneros e uma recomposição de sua hierarquia (na seara da qual o romance, primo pobre no Classicismo francês, se converte no gênero dos gêneros do século XIX, seu prosaísmo se desdobrando em subgêneros e dominando tanto a cena teatral quanto, via poema em prosa, a lógica propriamente poética); 4) a assunção de um novo sistema de valores, cujo léxico ecoa, de maneira bastante forte, o que seria próprio do vocabulário propriamente revolucionário: ruptura, renovação, novidade, vanguarda.

---

<sup>3</sup> Sobre o tema, ver, entre outros, KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC Rio, 2011, tradução do original alemão Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin.

Não declinarei aqui cada um desses aspectos, muito bem tratados em obras e por autores de referência e largamente conhecidos, alguns dos quais indicados neste rodapé.<sup>4</sup> Ao invés disso, prefiro comprovar o meu ponto através de algo mais simples e, talvez, de resultado mais imediato: uma simples consulta aos dicionários.

Caso busquemos pela palavra “littérature” em dicionários franceses, antes e depois da Revolução, o resultado pode ser bastante ilustrativo dessa mudança sistêmica. Como forma de padronizar a pesquisa, o mais longo dos dicionários franceses é boa fonte. Assim, a busca por “littérature” no Dictionnaire de l’Académie française em sua edição inaugural (1694), a primeira descoberta é a de que a palavra sequer tem entrada própria, embora figure no artigo “Lettre”, e ali designe, basicamente, a “erudição” beletrista. A situação basicamente não se altera até a 5ª edição, de 1798 (ou seja, 9 anos após a queda da Bastilha), quando o termo, pela primeira vez, aceita duas entradas. A primeira basicamente replica, de forma um tanto mais longa, as anteriores, definindo-a como “conhecimento de obras, matérias, regras e exemplos literários”. Porém, neste caso, já aparece uma segunda acepção, mais familiar a uma das declinações nossas contemporâneas. Ali se lê: “essa palavra refere-se também ao conjunto de produções literárias de uma nação, de um país”.<sup>5</sup> Embora ainda estejamos um tanto distantes das formulações teóricas que assegurarão à Literatura sua dimensão esteticamente autônoma, o desenho de um campo próprio de objetos, de escopo nacional e distinto da pura erudição já se faz presente.

O leitor poderia retorquir (e com alguma razão) que uma pesquisa lexical é por demais generalista, sem mencionar – ou mencionando – a vocação conservadora que marca os dicionários da Academia desde sua fundação. E neste caso, esse hipotético leitor, muito culto, poderia sacar a lembrança de dois títulos um pouco anteriores à Revolução, os quais mobilizam o termo “literatura” num sentido que, à primeira vista, poderia entregar aquilo que

---

<sup>4</sup> Ver, entre outros, RANCIÈRE, Jacques. *La parole muette*. Paris, Fayard/Pluriel, 2011; AUERBACH, Erich. *Mimesis – La représentation de la réalité dans la littérature occidentale*. Paris, Gallimard, 1946. DELON, Michel. La Révolution et le passage des Belles-Lettres à la Littérature. *Revue d'Histoire littéraire de la France*, 90e Année, No. 4/5, Révolution et littérature française (1789-1914) (Jul. - Oct., 1990), pp. 573-588

<sup>5</sup> Convido o leitor a fazer o mesmo caminho que eu fiz através do link abaixo, que remete diretamente à primeira edição. A seguir, basta seguir para as entradas das edições seguintes, o que pode ser feito na mesma página, nas abas sucessivas que aparecem à esquerda. <https://www.dictionnaire-academie.fr/article/A1L0094-04>. Consultado em 21/08/2024.

esperamos ao ouvir a palavra: o *De la littérature et des littérateurs*, de Louis-Sébastien Mercier, publicado em 1778 e nove anos mais tarde (ou seja, dois anos antes do início da Revolução francesa), o *Éléments de littérature* de Marmontel. Ocorre que esse nosso hipotético leitor não leu as obras. Porque se as tivesse lido, saberia que, conquanto recorrendo ao léxico indigitado, são ainda mostras atravessadas por um beletrismo tão agudo que o curtíssimo verbete “Literatura”, do último, começa com as seguintes linhas:

entre a erudição e a literatura, há uma diferença. A literatura é o conhecimento das belas letras; a erudição é o conhecimento dos fatos, dos lugares, dos tempos, dos monumentos antigos e dos trabalhos dos eruditos para esclarecer fatos, fixar as épocas e explicar os monumentos e escritos dos antigos.

O homem que cultiva as letras se alimenta dos trabalhos do erudito; e quando, auxiliado por essas luzes, ele adquire o conhecimento dos grandes modelos em poesia, eloquência, história e filosofia moral e política, seja os dos séculos passados, seja os dos tempos mais modernos, ele é um profundo literato (*littérateur*). Ele não sabe o que os escoliastas disseram sobre Homero, mas sabe o que disse Homero. (MARMONTEL, 2005, p. 697)

Como se pode notar, a literatura assim referida se aproximaria (se é que se aproximaria) mais do que se espera de um especialista em estudos literários do que de um literato ou poeta no sentido estrito (e moderno) do termo. Mas quando, em 1800, Madame de Staël publica uma de suas obras mais famosas, o *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, efetivamente algo de novo aparece no horizonte. Em seu “Discurso preliminar”, ela afirma que seu propósito foi o “de examinar qual é a influência da religião, dos costumes e das leis sobre a literatura, assim como qual é a influência da literatura sobre a religião, os costumes e as leis”. (STAËL, 2013, p. 65) Se o emprego do termo em questão, nesse livro, ainda não coincide completamente com o sentido plenamente moderno e autônomo da atividade literária tal qual ele progressivamente se institui ao longo do século XIX, <sup>6</sup> certamente dele não se afasta por completo, o que sem dúvida colaborou

---

<sup>6</sup> Sobre esse tema, de também vasta bibliografia, indico, entre outros, OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

para a manutenção de Staël como uma expoente francesa das teorizações modernas acerca do literário.<sup>7</sup>

Mas talvez o renome deste nome - Madame de Staël – se deva também, pelo menos para os seus contemporâneos mais ou menos imediatos, a outra coisa que não apenas sua produção (teórica e prática) nos domínios da Literatura. Pois ele remete, em particular, ao nome de casada da filha de Jacques Necker, ministro de Luís XVI cuja demissão em 1789 é uma das fagulhas para os levantes populares da Revolução. E isso não seria tudo, tendo em vista sua aberta tomada de posição em favor da Revolução em seu início, assim como suas críticas ácidas e públicas ao seu desenrolar, a tal ponto que precisou se autoexilar na Suíça. Consequentemente, Madame de Staël pode ser considerada sem qualquer susto uma personagem da Revolução, e sua obra, pouco importando o gênero em que se decline, mantém abertamente relação com esse evento e, em boa medida, se constrói em resposta a ele. O que implica, de partida, ser a Revolução o contexto que estrutura essa que pode ser considerada uma das primeiras teorizações modernas da Literatura em língua francesa.

Assim, que tudo passe pela Revolução ou, pelo menos, se explique também por ela e através dela, pelo menos de um ângulo francófono, é outro quase truismo para a historiografia literária francesa especializada no século XIX. Claro que o peso acordado ao evento variará em função do recorte teórico de cada autor. Mas esse peso é suficientemente assente entre os estudiosos a ponto de poder figurar em títulos de historiografia literária que não a tomam como tema último, mas a requerem como um marcador temporal-estético, sem que isso crie espanto ou se constitua como uma novidade. Para não alongar demais a questão, ilustro o ponto fazendo referência a três obras mais ou menos contemporâneas.

As duas primeiras, ambas da segunda metade do século XX, entretêm entre si um efeito espectral. Michel Raymond batizou sua história do romance francês moderno como *O romance a partir da Revolução (Le roman depuis la Révolution)*, enquanto Henri Coulet usou do mesmo recurso invertido em seu *O romance até a Revolução (Le roman jusqu'à la*

---

<sup>7</sup> De novo, tema com vasta bibliografia, dentre as quais indico em particular VAILLANT; BERTRAND; RÉGNIER. *Histoire de la littérature française du XIXe siècle*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2006 e CABANÈS; LARROUX. *Critique et théorie littéraires en France (1800-2000)*. Paris: Belin Sup, 2005.

*Révolution*). Em ambos os casos, a referência à Revolução serve como algo mais do que simples marcador temporal, pois indica um ponto de divisão estilístico, temático e estético, que fratura a história do gênero em dois continentes mais ou menos estranhos. O que significa dizer que, pelo menos na França, seria imperioso constatar que a Revolução é um fato literário, provavelmente **O Fato** literário principal do século XIX, muito mais relevante do que a data de publicação de qualquer obra célebre do século ou os indefectíveis anos de nascimento e morte acompanhando, como lápides, os nomes de autores nas historiografias literárias mais escolares.

Como fato literário, é claro que a Revolução seria capaz até mesmo de se impor como um tema muito além do que cabe numa das subdivisões do romance oitocentista – a do romance histórico –, por mais prestigiosa que tenha sido à época. Fato que ela foi romanceada de uma ponta a outra do século, configurando uma lista imensa de obras que, para ficar apenas com os autores de maior renome no Brasil, incluem Stendhal, Balzac, Hugo, Alexandre Dumas, D’Aureville e Anatole France. Mas um romance da revolução é mais do que escrever um romance que se passa na Revolução. É o que demonstra o terceiro livro que trago à cena. De título potencialmente enganoso – *Os romances da Revolução: 1790-1912* –, num primeiro momento poderíamos imaginá-lo como um compêndio sobre romances históricos com temática revolucionária quando, na verdade, ele reserva apenas um de seus doze capítulos a esse subgênero específico, dedicando os demais a demonstrar como, por romance da Revolução, deve-se entender

uma narrativa em que a Revolução, contada, imaginada, difratada, fragmentada, ou mesmo apenas evocada como pano de fundo do romance, determina o que está em jogo na ficção: determinando o futuro das personagens, informando a narrativa através de sequências-chave e oferecendo ao leitor uma interpretação do enredo. (Déruelle; Roulin, 2014, p. 12)

O objetivo último do livro será assim o de salientar “como a história da Revolução foi um formidável laboratório no qual se forjou a poética do gênero romance, desde o final do Iluminismo até ao início do século XX.” (Déruelle; Roulin, 2014, p. 13)

Até este ponto, seria bem-vinda a desconfiança com o meu recorte e os autores que coloquei em primeiro plano, acusando-nos todos de revolucionários... ou de chauvinistas. Afinal, como um evento, por mais furioso e disruptivo que tenha sido, poderia se impor a tal ponto? E é aí que mora uma das muitas armadilhas da Revolução, aquela que lhe empresta uma face satânica: ela também poderia dizer que seu nome é Legião. Porque até aqui me restringi a evocar apenas a Revolução francesa de 1789.

Mas se voltarmos à imagem com que abro este texto, imagem da Revolução, a pergunta deveria ser: qual revolução? Porque a que ali se figura não é a de 1789, mas a de 1830, também conhecida como Revolução de julho. No entanto, o mesmo quadro poderia valer como representação *avant la lettre* da Revolução de 1848, ambos os casos implicando levante popular, barricadas e mudanças bruscas de regime político. Mas se o índice principal que se retém para delimitar a revolução for o de mudanças drásticas e consequentes de regime, com ou sem barricadas, a cronologia enlouquece: 1793, 1801, 1814, 1815, 1851, 1870. E isso, deixando de lado outros levantes significativos, que, no entanto, não alcançaram se firmar para além do tempo curto das barricadas. Pela sua multiplicidade e extensão temporal, há que se reconhecer que a pecha de chauvinista não se aplica a um francês oitocentista se o assunto é revolução. Pois seria basicamente impossível para esse virtual cidadão (fosse ele o da I República, o do I Império, o da Restauração, o da Monarquia Constitucional de Luís Filipe, o da II República, o do II Império, ou o da III República, sem esquecer dos fuzilados da Comuna de Paris) não se sentir particularmente afetado pela experiência revolucionária e tentar responder (ou sobreviver) a ela, dando-lhe sentido e, assim quem sabe, encerrando-a dentro de limites cognoscíveis e, a depender do teor dessa experiência, mais toleráveis.

Pois a grande questão que aparece “contada, imaginada, difratada ou fragmentada” nos romances oitocentistas franceses, quando compreendidos sob a chave de romances da Revolução, é exatamente essa demanda por um sentido ou um fecho capaz de encerrar essa experiência colossal em um campo determinado, cognoscível e, quem sabe, controlável. Em outras palavras, talvez mais simples, como terminar a Revolução. Aquela que começa em 89, por exemplo? Mas ela termina quando? Há historiadores que a encerram na queda de

Robespierre; outros que a reconhecem até o 18 de Brumário de 1799 (golpe de Napoleão contra o Diretório e início do seu período como primeiro cônsul); terceiros seguem o cônsul até ele proclamar o I Império (1804); já outros vão adiante e só a terminam com a derrota do Império e o retorno a fórceps dos Bourbons com a Restauração de 1814. Se é que a terminam. Afinal, um dos mais importantes especialistas no tema, François Furet, e não exatamente alguém muito dado a arroubos revolucionários, dá ares de prolongá-la, quando batiza a sua suma sobre o XIX francês com o sóbrio título *A Revolução II*.<sup>8</sup>

Assim, não deveria criar surpresa a ideia de que a Revolução (ou as revoluções, a depender do recorte a ser utilizado) seja não apenas o fato literário de maior monta dos Oitocentos francêss, mas também o seu contexto, o seu pretexto e seu intertexto. Com isso, quero chamar a atenção para pelo menos dois dados que me parecem imperiosos para o estudo dessa literatura. O primeiro é que a Revolução em seus eventos, datas e personagens fornece um léxico praticamente obrigatório para os autores do século XIX, porque faz parte do léxico ordinário desses homens e mulheres oitocentistas. Assim, sem a Revolução, como entender uma obra como *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, essa “crônica de 1830” que se abre com uma epígrafe atribuída a Danton (“a verdade, a áspera verdade”), e seu Julien Sorel, menino apaixonado por Napoleão, que tenta subir na vida através da Igreja em plena Restauração e morre na guilhotina? Ou ainda, como reler a *Confissão de um filho do século*, de Alfred Musset, livro unanimemente reconhecido como aquele que sistematiza, sobretudo em seus dois primeiros capítulos, a temática tão oitocentista do mal do século, condensada na seguinte frase:

Toda a doença do século presente vem de duas causas; o povo que passou por 93 e por 1814 carrega no coração duas feridas. Tudo o que era não é mais; tudo o que será não é ainda. Não procureis alhures o segredo de nossos males. (Musset, 1973, p. 42)

Afinal, como diz um outro famoso daqueles tempos, Victor Hugo, num texto de 1864 originalmente composto para ser a conclusão à primeira tradução completa e seguindo

---

<sup>8</sup> FURET, François *La Révolution II –Terminer la Révolution. De Louis XVIII à Jules Ferry (1814-1880)*, Paris, Hachette, 1989.

parâmetros modernos da obra completa de Shakespeare, feita por seu filho: “A Revolução, toda a Revolução, eis a fonte da literatura do século XIX.” (Hugo, 1864, p. 345)

Mas uma outra dificuldade me parece advir desse demônio revolucionário e para enfrentá-lo, chamo à cena mais um livro: *Literatura e ideias políticas no século XIX: 1800-1870*, de Paule Petitier. Logo em seu preâmbulo, a autora adverte:

Não há praticamente nenhum texto literário do século XIX que não contenha alusões a acontecimentos contemporâneos ou a debates políticos, referências às teorias de algum pensador político ou às doutrinas de algum partido. (Petitier, 1996, p. 5)

E logo a seguir, complementa:

O romance não é o único que está aqui em causa, nem são apenas alguns autores particularmente politizados ou sensíveis, em nome do realismo, à cor do seu tempo. A poesia, talvez ainda mais do que a prosa, é politicamente empenhada. São poucos os gêneros – e nenhum dos gêneros maiores - que não são repensados e reformulados em termos da nova ligação que a Revolução estabeleceu entre literatura e política. Não há autor da época que não tenha uma opinião política ou uma opinião sobre a política e que não a tenha tido em conta na forma como concebeu a sua atividade literária. A política ainda está presente, de modo negativo, quando se trata de defender o domínio reservado da arte. (Petitier, 1996, p. 5,6)

Essa generalização é fartamente comprovada no restante do livro e partir de um recorte que poderia, em muito, ser ultrapassado. Afinal, ficam de fora autores como Zola, por exemplo, cujas identidade e obra, abrigada sob o selo naturalista, é indissociável dos debates e da cena política, tanto a sua própria quanto a do Segundo Império, tema do seu principal arco ficcional, o dos *Rougon-Marcquart*. Sei de boa fonte que foram contingências editoriais que impediram a autora de ir mais longe e talvez mais fundo. Apesar disso, o livro me parece oferecer uma visada de síntese dos Oitocentos capaz de ultrapassar não apenas as fronteiras dos gêneros literários como também as supostas fronteiras de escolas que, muitas vezes, mais embaraçam do que explicam o projeto de um autor. Um exemplo: Théophile Gautier. Poeta, romancista, dramaturgo, contista e crítico de arte, muito conhecido como pai e patrono do que, na segunda metade do XIX, receberá o nome de Parnasianismo. Mas ele também foi velho amigo de Hugo, companheiro de armas, com quem e por quem, em 1830, leva a cabo o

que se convencionou chamar a batalha de *Hernani*, primeira grande aparição cênica do que se compreende como estética romântica. Antes que se pense numa dialética de superação pura e simples do último pelo primeiro (e ainda quando é isso se pensa, o que necessariamente colocaria em questão a cena política), como não complicar um pouco mais os dados quando, ao comparar esses dois amigos, reconhecemos que, enquanto o mais famoso deles sempre, e mesmo antes de sua virada à esquerda, emprestou à sua obra uma dimensão política e engajada, o menos famoso, em livro de 1835 (tão próximo a *Hernani*), não teme nem a piada ao dizer:

Um romance tem dois usos: - um material, outro espiritual, se é que podemos usar tal expressão para um romance. – A utilidade material são os poucos milhares de francos que entram no bolso do autor, e que o pesam de modo que nem o diabo nem o vento o possam levar.

A utilidade espiritual é que, enquanto lemos romances, dormimos, e não lemos jornais úteis, virtuosos e progressistas, nem outras coisas indigestas e embrutecedoras. (Gautier, 1880, p. 29)

Idiossincrasia de autor – poderíamos pensar – mas, nesse caso, obrigando-nos a colocar juntos, sobretudo no cenário da primeira metade do XIX, duas idiossincrasias debaixo de uma mesma bandeira do Romantismo que, com tipos dessa cepa (e eles são tantos!) tornam qualquer síntese desse movimento na França algo muito complicado de se fazer. Talvez porque a síntese possível venha menos de escolas literárias tal qual nomeadas pela historiografia posterior aos eventos e mais do que aqui poderia chamar de escola político-ideológica ou, para falar com Hugo: “O tríplice movimento literário, filosófico e social do século XIX, que é um único movimento, não é outra coisa senão a corrente da revolução das ideias.” (HUGO, 1864, p. 344)

Claro que esse tríplice movimento carece de ser tomado com precaução. Volto então a Petitier quando afirma que se é certo que “as ideias políticas estão na base das concepções de literatura e do seu objetivo social, da função do poeta e dos princípios estéticos”, essas mesmas ideias impõem precauções metodológicas, maiores ou menores em função do autor ou da obra que se tem em mãos. No geral, porém, quando

Integradas ao texto literário, as ideias políticas desempenham um papel crítico muito mais do que exprimem a adesão a um partido constituído (...) O texto literário faz

com que as ideias políticas sofram a mesma transformação que uma personagem real sofre quando é apanhada na sua trama: em ambos os casos, não podemos pôr em jogo uma referencialidade estrita. (Petitier, 1996, p. 6)

Se não é questão de se pensar em referencialidade estrita, a conclusão com a qual fecho este sobrevoo rápido sobre os Oitocentos francêss vem com a mesma autora.

A literatura do século XIX encena ideias políticas e leva-as a sério como uma componente real da vida moderna. Mas, pelo próprio fato de ser literatura, não pode deixar de questionar os limites da noção de “ideias” políticas. Não há texto que não discuta implicitamente a sua pertinência. (Petitier, 1996, p. 7)

Se Paule Petitier está certa, isso significa que textos oitocentistas deveriam ser lidos não apenas em sua chave exclusivamente literária, sequer mesmo como textos políticos num sentido mais estrito do termo, mas como textos sobre o político, que o interrogam de uma maneira mais radical porque interrogam não apenas os fatos, mas as condições mesmas para se pensar e se representar esses fatos. E se assim for, eles poderiam trazer consigo uma vocação suplementar: a de serem todos, independentemente de assim o ter explicitamente pretendido e afirmado o seu autor, textos de história. Imagino que alguns de vocês tenham reconhecido aí Balzac que, sobre sua *Comédia Humana*, dizia que era obra de história, feita pela sociedade e do qual ele não passava de um secretário.

A Sociedade Francesa seria o historiador; eu seria apenas o secretário. Fazendo um inventário dos vícios e das virtudes, reunindo os principais fatos das paixões, pintando as personagens, escolhendo os principais acontecimentos da Sociedade, compondo tipos reunindo os traços de várias personagens homogêneas, talvez conseguisse escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes. (Balzac, 1855, p. 8)

Mas eu não resisto a chamar um outro famoso, e dos menos inclinados do século a competir com historiadores. Será com ele, Gustave Flaubert, que deixo a última palavra desse texto: “O senso histórico data de ontem. E isso talvez seja o que o XIX tem de melhor”.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Carta de Flaubert a Edmond et Jules de Goncourt, disponível em <https://flaubert.univ-rouen.fr/correspondance/correspondance/3-juillet-1860-de-gustave-flaubert-%C3%A0-edmond-et-jules-de-goncourt/>. Consultado em 01 de abril de 2024.

## Referências

DÉRUELLE, Aude; ROULIN, Jean-Marie. *Les romans de la Révolution – 1790-1912*. Paris: Armand Colin (Recherches), 2014.

GAUTIER, Théophile. *Mademoiselle de Maupin*. Paris: G. Charpentier, 1880.

HUGO, Victor. *William Shakespeare*. Paris: Lacroix, Verboeckhoven et Cie éditeurs, 1864

MARMONTEL, Jean-François. *Éléments de littérature*. Paris: Éditions Desjonquères, 2005.

MONOD, Gabriel. *Michelet à l'école normale (1827-1838)* In : *Le Centenaire de l'École normale (1795-1895) : Édition du Bicentenaire*. Paris : Éditions Rue d'Ulm, 1994. Disponível em Disponível sur Internet : <<http://books.openedition.org/editionsulm/1646>>. ISBN : 978-2-8218-2968-8. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.editionsulm.1646>.(consultado em 08 de abril de 2024)

MUSSET, Alfred. *La confession d'un enfant du siècle*. Paris: GF-Flammarion, 1973.

PETITIER, Paule. *Littérature et idées politiques au XIXe siècle – 1800-1870*. Paris: Nathan Université, 1996.

STAËL, Madame de. *Oeuvres complètes, série I/Oeuvres critiques, t. II - De la littérature et autres essais littéraires*. Paris: Honoré Champion, 2013. (sob a direção de Stéphanie Genand.

**RÉSUMÉ:** Le but de cet article est de montrer, de manière panoramique, comment la Révolution française de 1789 et les autres révolutions et soulèvements qui ont marqué le XIXe siècle français jouent un rôle fondamental dans la conformation théorique et pratique moderne de la littérature alors produite dans le pays. Mon hypothèse est donc que la Révolution (ou les Révolutions) devrait être considérée comme un événement littéraire majeur (bien au-delà du simple contexte) pour la bonne réception de la littérature dix-neuviémiste française.

**MOTS-CLÉS:** Révolution, Littérature française dix-neuviémiste.